

Metrô revoga regras de aparência

» LEILANE MENEZES

Cinco dias depois de impor novas regras de comportamento e aparência aos funcionários, a diretoria operacional da Companhia do Metrô do Distrito Federal (Metrô-DF) voltou atrás e cancelou as exigências. Em vigor desde última sexta-feira, o código de postura causou polêmica ao restringir a liberdade desses servidores públicos de pintar o cabelo em tons diferentes do natural, usar piercings, alargadores de orelha, joias e bijuterias "extravagantes". Os homens deveriam manter o cabelo curto e as mulheres poderiam usá-lo apenas preso. Deixar as unhas longas também não era permitido, de acordo com o documento.

O Sindicato dos Metroviários (Sindmetrô) interveio, pois considerava o código abusivo. Na tarde de ontem, a assessoria de comunicação do Metrô-DF divulgou nota comunicando o cancelamento. "Depois de toda a polêmica, decidimos não implantar o procedimento. Esse assunto tem uma dimensão social muito grande. Houve um erro na hora de

Ronaldo de Oliveira/CB/D.A Press - 2/6/08



Servidores do metrô não podiam usar piercings nem joias extravagantes

redigir esse documento, alguns técnicos escreveram mais do que deviam", admite o diretor de operação e manutenção do Metrô, José Dimas Simões.

Concurso público

Simões afirmou não saber que normas relativas à aparência dos empregados deveriam estar explícitas ainda no edital do concurso. "Quando se trata

de funcionalismo público, há muito corporativismo. Fizemos muito barulho devido a essas regras, mas todas as empresas adotam procedimentos semelhantes", garante. O diretor-jurídico do Sindmetrô, Carlos Alberto Cassiano, aprova a decisão: "A empresa deve lançar uma norma adequada à sociedade na qual vivemos. Somente a capacidade do trabalhador deve ser levada em consideração".

» Mulheres discriminadas

» Há pouco mais de dois meses, 124 servidores da Universidade de Brasília (UnB) tiveram a oportunidade de mudar de emprego. Trocariam o cargo de porteiro pelo de vigilante, com salário maior. Homens e mulheres fizeram o curso de vigilante e se prepararam para o processo seletivo. Mas, no dia marcado, as mulheres ficaram do lado de fora do portão. Indignadas com a discriminação, elas recorreram a órgãos federais e à própria universidade. Somente ontem, depois de uma manifestação realizada no Instituto Central de Ciências (ICC) com o apoio dos alunos, elas foram ouvidas. Ao fim da tarde, a empresa pediu que as funcionárias se apresentassem hoje para o trabalho. "Eu me senti discriminada, desvalorizada", desabafou Elielza Ricardo de Lima, 28 anos, moradora do Paranoá.